



Avaliação da regulamentação de comercialização de produtos naturais no estado do Mato Grosso do Sul.

Autor(res)

Silvia Cristina Heredia Vieira
Luiz Felipe Bernardes Pereira

Categoria do Trabalho

Pós-Graduação

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE CAMPO GRANDE

Introdução

A contextualização para regulamentação de produtos naturais, é um tema de grande importância para garantir a segurança dos consumidores e a eficácia dos produtos, e assim garantir uma exploração da biodiversidade natural segura em seus campos de desenvolvimento e pesquisas. Ela envolve um equilíbrio entre a promoção do acesso a produtos naturais e a necessidade de garantir que esses produtos sejam seguros e eficazes.

A regulamentação por sua vez contribui com a segurança do benefício natural, proporcionando padronização, transparência de mercado, sobre os parâmetros de direitos legais e ambientais para disseminação como forma de comercialização.

Objetivo

Compreender as rotinas de padronização dos decretos abrangentes sobre a comercialização de produtos naturais no estado do Mato Grosso do Sul e as obrigatoriedades de cumprimentos de legislação de consumo e exploração de produtos naturais, assim como o âmbito de fiscalização e cumprimentos das normativas impostas.

Material e Métodos

O presente estudo contempla pesquisas de leis e decretos publicados nos sites dos órgãos fiscalizadores, para se basear com propriamente relatados e normativas pelos referidos sites, podendo se amparar com as adequações expostas pelas bibliografias pesquisadas. Contendo envolvimento de artigos publicados em sites de banco de dados e cartilhas, que incluem SciELO e Google acadêmico, com características básicas, pois o intuito será de adquirir e expandir o conhecimento, e colaborar com a disseminação dos regimentos de cumprimentos da comercialização de produtos naturais.

Resultados e Discussão

As perspectivas relacionadas ao cumprimento da regulamentação dos produtos naturais, é uma garantia que se é oferecida para ambos aos envolvidos, seja o produtor, comerciante e cliente final. A qualidade dos produtos assim como a segurança do consumo vem em uma crescente abordagem visto os inúmeros benefícios abordados, de modo envolver um equilíbrio de garantias entre o lado seguro e eficaz.

Em nosso país, os produtos naturais que alegam benefícios a saúde devem ser registrados e protocolados os



procedimentos de fabricação junto as normativas impostas pelos órgãos fiscalizadores, que no caso do Mato Grosso do sul são: ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e o IAGRO (Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal) que garante a atualização e cumprimentos das normativas.

Cada categoria para classificação dos produtos tem requisitos específicos de regras, abrangidas como fitoterápicos, suplementos alimentares, ou cosméticos, dependendo de sua composição e especificamente. A promoção do conhecimento pelos órgãos reguladores, são de uma escala frequente, disseminando campanhas educativas para conscientizar o público sobre o uso seguro e informado de produtos naturais, evitando o uso inadequado ou excessivo que possa comprometer a saúde.

Conclusão

Conclui-se que este estudo, que existe uma aplicação ativa dos órgãos fiscalizadores assim como as disseminação de canais acessíveis para que todos os envolvidos, seja ele comerciante ou cliente possam se adequar aos critérios e normativas da legislação vigente no estado para o consumo seguro de produtos naturais, de modo que beneficia os produtores rurais de pequenas produções e contribui com amplos benefícios naturais.

Referências

GOV, Avisa - Riscos de usos, Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2022/anvisa-reforca-riscos-do-uso-de-produtos-201naturais201d-irregulares>>. Acesso em: 16 set.2024

IAGRO, Decreto de produto artesanal, Disponível em: <<https://www.iagro.ms.gov.br/nucleo-de-produtos-artesanais/#:~:text=O%20DECRETO%20N%C2%BA%2011.099%2C%20de,animal%20produzidos%20de%20forma%20artesanal>>. Acesso em: 16 set.2024

Vaz,Souza Carlos e Macêdo, Daniela, O papel da regulamentação dos produtos de origem biológica no avanço da agroecologia e da produção orgânica no Brasil. Livro Agricultura, pecuária e pesca.2017.